

AS TAPEÇARIAS DE PASTRANA NO CONTEXTO DAS CONQUISTAS DE ARZILA E TÂNGER POR D. AFONSO V¹

Abílio Pires Lousada

1. ÁTRIO

Em 1471, D. Afonso V e o príncipe D. João, comandando uma expedição militar composta por cerca de 30 mil homens, conquistaram a praça de Arzila e tomaram as de Tânger e Larache, dando seguimento às que “O Africano” alcançou em Alcácer-Ceguer (1458) e Anafé (1464).

As campanhas africanas de D. Afonso V fundamentam a decisão política de D. João I relativa a uma presença dominadora de Portugal no Norte de África, iniciada com a conquista de Ceuta em 1415, materializam a ideia estratégica de controlo do litoral norte africano enquanto pontos de apoio à navegação atlântica ao longo da costa africana, permitem fazer muita cristandade em espírito de cruzada, atacando possessões muçulmanas num ambiente geopolítico marcado pela conquista de Constantinopla pelos turcos em 1453 e, no caso particular da tomada de Tânger, vinga o desastre militar ocorrido em 1437, no tempo de D. Duarte, e o martírio do infante D. Fernando.

As Tapeçarias de Pastrana, notável acervo artístico supostamente mandado tecer por D. Afonso V nas oficinas da Flandres e que é presentemente património do Museu Paroquial de Pastrana (Guadalajara-Espanha), representam, e legam para a posteridade, o feito de armas do Rei e da Nação da conquista de Arzila e da tomada de Tânger.

São quatro tapeçarias (4 metros de altura por 10 metros de largura) que, para além da arte flamenga típica da época, mostra em detalhe e de forma sequencial a conquista de Arzila em três tempos/tapeçarias – desembarque, cerco e assalto – e a tomada de Tânger, na quarta tapeçaria. O conjunto artístico esteve presente em Portugal, pela primeira vez, em 2010, e aberto ao público entre 12 de junho e 12 de setembro no Museu Nacional de Arte Antiga, com o título *A Invenção da Glória. D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana*.

É através da sequência observada no acervo artístico e do detalhe político e técnico-militar explícito em cada uma das quatro tapeçarias que nos propomos analisar a expedição africana de D. Afonso V que resultou na conquista de Arzila e na tomada de Tânger.

¹ In *Ceuta e a Expansão Portuguesa*, Academia De Marinha – XIV Simpósio de História Marítima, 2016.

2. PORTUGAL MILITAR SÉCULOS XIV-XV²

Entre o fim das guerras de reconquista travadas em território português (1249) e as expedições africanas de D. Afonso V há três grandes momentos orientadores da reorganização do aparelho militar que importa conhecer: reinado em paz de D. Dinis (1279-1325); fase de D. Fernando (1367-1383), marcado pela guerra com Castela; período de D. João I / D. Duarte (1385-1438), assinalada pela guerra da Independência e o início da Expansão Ultramarina.

Político de inelutável sentido de Estado e ímpar visão estratégica, D. Dinis define um aparelho militar para Portugal em tempo de paz, aproveitando as fronteiras de equilíbrio com Castela, firmadas em Alcañices em 1297. As reformas de maior alcance são, a nível terrestre, a criação dos besteiros de conto, contingentes quantificados a nível concelhio e coordenados pelo anadel, com caráter de permanência e mesteres do seu ofício, ou seja, especializados, cabendo ao anadel-mor a responsabilidade de alistamento e de organização em todo o reino, e a restauração dos castelos de fronteira (principalmente no Alentejo e na faixa leste do Côa) onde emerge uma torre de menagem que confere a cada fortaleza uma defesa avançada, dinâmica e inexpugnável. Os alardos, concentração e treino periódico dos contingentes, tornaram-se recorrentes.

Quanto à Marinha, numa altura em que a vigilância costeira, sobretudo face aos mouros, ganhava corpo, assumir-se-ia como vetor do poder nacional. Desenvolveram-se estaleiros em Lisboa, Porto, Vila Franca, S. Martinho do Porto, Vila do Conde, Viana do Castelo, criaram-se os marinheiros de conto, com a mesma especificidade organizativa da dos besteiros, cuja fonte de recrutamento eram os concelhos do litoral entre barqueiros e pescadores, desenvolveram-se as barcas (ligeiras, para transportar tropas em defesa de meios fluviais) e as naus (para longas viagens, com função de transporte de tropas e menos para utilização em combates navais), que ampliavam as tradicionais galés, galeotas e fustas. A tripulação era recrutada pelo sistema de vintenas do mar (assim designados pois quando as galés se armavam de cada 20 homens tirava-se um para o remo). O foro de cavaleiro era concedido a timoneiros, alcaide do mar, alcaides de galés. Apesar de não estarem bem demarcadas as funções militares e as de comércio da marinha numa época em que os combates navais eram

² Bibliografia de referência: António Costa Canas, “A Marinha no Reinado de D. Fernando”, in *A Formação da Marinha Portuguesa. Dos Primórdios ao Infante*, Lisboa, Academia de Marinha, XII Simpósio de História Marítima, 2015; Carlos Selvagem, *Portugal Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991; João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998; José Filipe de Barros Rodrigues, *Organização dos Exércitos, Organização Militar Portuguesa, Estratégia, Geografia e História*, Secção IV, História Militar, Lisboa, Escola do Exército, 1935-1936; Mário Jorge Barroca, “Da Reconquista a D. Dinis” in *Nova História Militar de Portugal*, Direção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Monteiro, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2003.

uma extensão dos terrestres através de abalroamento e abordagem, criou-se o alto cargo de almirante-maior. Portanto, à semelhança do vetor militar terrestre, também o marítimo assumia um carácter permanente e profissionalizado.

Nota de relevo ainda para a criação da Ordem de Cristo, a partir dos escombros da do Templo, e a nacionalização das ordens militares de Avis, Santiago e Hospital, assumidas como corpos militares especializados do Reino.

No reinado de D. Fernando outras alterações militares surgiram, em consequência das guerras que este monarca sustentou com Castela — em número de três e de consequências nefastas para a causa portuguesa — e da vinda de ingleses a Portugal para participarem em operações militares. Assim, o cargo de Alferes-mor foi desdobrado nos de Condestável, comandante militar do reino e responsável pela condução das operações militares, e de Marechal, adjunto do Condestável e a quem competia a justiça e administração dos assuntos administrativos da hoste. Outra modificação foi a designação de vanguarda, alas e retaguarda que substituíram as de dianteira, costaneiras e zaga, com que até essa altura eram designadas as três partes em que se dividia uma hoste em formação de combate.

Com o país em permanente estado de guerra, as principais cidades, com destaque para Lisboa e Porto, foram amuralhadas e foi instituído o serviço militar obrigatório às milícias concelhias. Se a lei das Sesmarias procurou rentabilizar o trabalho agrícola, a criação da Companhia das Naus visou a proteção da marinha mercante. Os assuntos do mar mereceram, de facto, a atenção de D. Fernando ao conceder livre uso de madeira das matas da coroa e isentar de impostos a construção de navios de grande porte e ao apoiar os artífices do mar como os calafates, carpinteiros, alcaides e petinais, isentando-os de impostos.

D. João I adequa militarmente o Reino entre o fim da guerra com Castela e a decisão de conquistar Ceuta: (i) regulamenta o serviço dos fidalgos aquontados de acordo com os bens próprios, de modo a garantir 2.360 cavaleiros com lança; (ii) fixa o serviço montado das ordens militares em 3.500 homens a cavalo; (iii) formaliza o regimento do anadel-mor de modo a avalizar a importante estrutura dos besteiros, incluindo-lhe os de garrucha (besteiros a cavalo); (iv) pelo regimento dos coudéis (responsáveis pelo serviço militar da peonagem) generaliza o serviço militar nos concelhos e proíbe ousos de machos/mulas no serviço militar montado; (v) alarga o serviço estipendiário (contrato a soldo de voluntários) e homiziado (remissão de penas de justiça mediante serviço militar). Mas sobretudo, D. João I faz adequado aproveitamento do vetor militar com carácter permanente e profissional legado por D. Dinis e da conscrição imposta por D. Fernando. Visível com a conquista de Ceuta.

D. Duarte complementou a reforma dos deveres militares da componente nobiliárquica do Reino através do Regimento de Coudéis. Por esta via, estatuiu-se as obrigações de pegar em armas para as classes sociais mais baixas, uniformizando-as proporcionalmente ao nível de cada súbdito e por províncias. O modelo assentava num processo de recenseamento e convocação, aferição de bens e meios a mobilizar, revista geral e periodicidade de treinos, hierarquização e sanções penais. Entretanto, os artilheiros, uma classe recrutada nos mestirais dos burgos, surgia como componente militar de crescente importância.

Relativamente à Marinha, ainda não nacionalizada, manteve o essencial da organização precedente, predominando a «Casa» do infante D. Henrique que se orientava na órbita da Ordem de Cristo, da qual o infante era administrador. Entretanto, a caravela, por força dos descobrimentos, era o instrumento privilegiado da atividade naval, que foi aperfeiçoada, ficando mais veloz, flexível e adaptada a viagens de longo curso, com fins militares ou mercantis.

No reinado de D. Afonso V, sob impulso do infante regente D. Pedro, foram promulgadas As Ordenações Afonsinas, um conjunto de leis que regulava a vida do reino e era a sua expressão jurídica, nelas se incluindo o acervo das disposições militares reorganizadas nos reinados anteriores, desde D. Dinis a D. Duarte.

E de facto, a partir do segundo quartel do século XV, a par das expedições militares de conquista canalizadas para o Norte de África de forma a romper o isolamento de Ceuta, a costa atlântica assistia a um frêmito de avanços navais e mercantis, iniciada com a descoberta do arquipélago da Madeira. Como bem escreveu Zurara “cá nós de uma parte nos cerca o mar e da outra temos muro no reino de Castela” (Zurara, 1992). Portugal, consciente dessa realidade geopolítica, alargaria a presença no Atlântico e fincaria influência no Mediterrâneo, tornando-se na primeira potência marítima ocidental (Macedo, s/d).

3. A ESTRATÉGIA PORTUGUESA EM ÁFRICA

A conquista de Ceuta a 21 de agosto de 1415 inicia um novo período estratégico em Portugal. Transita do velho mundo feudal e da fronteira de pressão e conflito face a Castela, para o mundo moderno da fronteira de equilíbrio e da expansão ultramarina. Terminada e vencida a Guerra da Independência, glorificada na mítica Batalha de Aljubarrota, Portugal libertava-se dos constrangimentos estratégicos que os reinos peninsulares lhe impunham e, como para além da terra só o mar (Coelho, 2005), aproveitou-se um extenso litoral cujos recursos complementassem a pobreza do solo continental.

É o tempo dos capitães de mar e de terra. Doravante, com a conquista de Ceuta Portugal cravava lança em África e iniciava a expansão ultramarina, fundamentava o posterior conceito estratégico de João II “conter Castela em terra e batê-la no mar” e dava corpo aquele que viria a ser o período áureo da portugalidade – o Império Ultramarino do século XVI.

A estratégia defensiva dava lugar à ofensiva.

Numa ação concretizada do mar para terra, Ceuta foi conquistada em cerca de 12 horas de combate, travado entre as forças portuguesas de D. João I e as do árabe Salah ben Salah. Para o efeito, o Rei de Boa Memória mobilizou mais de 220 embarcações, entre naus e galés de vários portes e tonelagens (de guerra, transporte e apoio logístico) e outras embarcações de menor envergadura, organizadas em Portugal e fretadas na Bretanha, Alemanha, Flandres, Inglaterra, com cerca de 2.000 marinheiros e perto de 10 mil combatentes, entre homens de armas, besteiros, escudeiros e lanceiros (Santos, 2002).

A conceção estratégica subjacente à conquista converge em motivações diferenciadas: (i) razões relativas à segurança do Reino, pois o controlo de Ceuta, situada na confluência do Oceano Atlântico e do Mar Mediterrâneo, permitiria controlar o tráfego marítimo do Atlântico, manter uma certa pressão a sul do território castelhano e granadino e anular a incómoda base de pirataria muçulmana contra as costas do território português e a navegação de alto mar. E a sua conquista ocuparia e adestraria uma nobreza belicosa há demasiado tempo a limpar armas; (ii) razões subjacentes ao bem-estar do Reino, atendendo que a crise vivida nas décadas anteriores impôs dificuldades económicas e financeiras materializadas na falta de cereais, mão-de-obra, matérias-primas e escassez de ouro para cunhar moeda. Ceuta inseria-se numa zona cerealífera, onde a abundância «estimulava apetites» e era um importante ponto de comércio, onde chegavam especiarias, ouro e escravos de África e do Oriente, transacionados depois para a Europa através de entrepostos comerciais como Génova. Ceuta abriria, assim, novas portas comerciais à burguesia; (iii) razões de prestígio do Reino, uma vez que alargaria a presença cristã em terras islâmicas, motivando um serviço a Deus sob os auspícios do vigário de Cristo em Roma; (iv) razões de preito pessoal, que com a conquista anulava o manto psicologicamente castrador de um rei bastardo enquanto, paralelamente, juraria cavaleiros os filhos legítimos D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique e o bastardo D. Afonso (Lousada, 2015).

Consumada a conquista, Ceuta tornava-se num espinho cravado no ambiente muçulmano magrebino. Refere Zurara que “Como a Cidade de Cepta seja casy huma chave do mar Medio terreno, quaisquer Navios, que se armavaõ contra os infiéis, vinham alli fazer devisa” (Zurara, 1992). O que equivale a dizer que Ceuta se assumiu como símbolo português

de prestígio internacional, fortaleza militar expedicionária, feitoria comercial e escola de guerra.

Coube a D. Pedro de Menezes, primeiro Capitão da praça, sustentá-la, desenhando para o efeito um comando que lhe daria honra, glória e riquezas, à medida das possibilidades e das necessidades; a guerra seria o quotidiano da região, feita de almogavarias em terra e de corso no Mediterrâneo (Campos, 2008). Ceuta permaneceu isolada no espaço mourisco do Norte de África até à conquista de Alcácer-Ceguer, em 1458 por D. Afonso V, seguindo-se-lhe Arzila e Tânger, em 1471.

Não obstante, relevam-se expedições anteriores determinadas a alargar a suserania no espaço Marroquino que redundaram em fracasso. A primeira das quais foi a pretensão de conquistar Tânger, estimulada pelos infantes D. Henrique e D. Fernando, com parecer em sentido contrário dos infantes D. João e, particularmente, D. Pedro que, ao alerta de que “Ceuta é um grande sumidouro de gente e de dinheiro”, acrescentou ser impraticável conquistar e povoar novas localidades à custa de um Reino tão minguado de gentes, pois isso seria trocar “boa capa por mau capelo, pois era certo perder-se Portugal e não se ganhar a África” (Pina, 1977). Premonitório face aos acontecimentos que ocorreriam em 1578!

D. Duarte decidiu-se pela conquista de Tânger. Porquê? É o próprio monarca que enumera por escrito as razões: (i) prestar serviço a Deus e dar seguimento à vontade de D. João I, expressas antes da sua morte; (ii) manter acesa a fama das armas portuguesas e tirar da ociosidade o exercício das armas de acordo com a vontade da nobreza do reino; (iii) por ver “a guerra geral entre todos os cristãos e tais entre alguns príncipes que poderíamos ser requeridos de cujo requerimento bem não poderíamos haver escusa, e de fazer tal guerra se nos recresceriam grandes inconvenientes que não eram serviço de Deus e a nós grandes embargos de que todo éramos fora por fazer esta armada sobre os infiéis”, que era o caso das ações na Flandres contra os franceses e a ameaça moura a Castela; (iv) por ter recebido apoio da maioria do Conselho régio e por ver a disposição de seus irmãos, do sobrinho do conde, dos capitães e de outra gente para tal feito, permitindo aferir a capacidade de atuação guerreira dos jovens de armas; (v) por se intuir que em Marrocos lavrava a guerra entre iguais, favorecendo as armas portuguesas (D. Duarte, 1982).

Para o efeito, organizaram-se duas frotas, uma em Lisboa, pelos infantes D. Henrique e D. Fernando, e outra no Porto, pelo conde de Arraiolos, que convergiram em Ceuta a 27 de agosto de 1437. As instruções do rei D. Duarte, que não participou na empresa, eram claras: (i) efetuar demonstrações de força em frente de Alcácer-Ceguer, Tânger e Arzila, de modo a tornar indefinido o objetivo a atingir, fixar as guarnições mouras e impedir o apoio mútuo

entre praças; (ii) avançar com as tropas de assalto por terra, desde Ceuta até Tânger; (iii) estabelecer arraial em Tânger, mantendo ligação e apoiada na frota fundeada; (iv) não tentar mais do que três assaltos sucessivos, cujo insucesso poria fim à expedição, recolhendo-se a Ceuta e aguardando por reforços até março do ano seguinte (D. Duarte, 1982).

Contudo, a operação, com deficiente número de homens e munições e mal preparada em Ceuta, resultou num desastre militar. Sem esperar pelos reforços solicitados no estrangeiro, a 9 de setembro o infante D. Henrique pôs-se em marcha por Tetuão, à frente de 5 a 6 mil homens, enquanto o infante D. Fernando zarpuu com a frota e fundeou ao largo de Tânger (Selvagem, 1991). A 13 desse mês, D. Henrique estava defronte de Tânger, onde assentou arraiais e organizou a operação, dando início à operação somente a 20 de setembro. O primeiro assalto, como de resto o segundo, desencadeado a 5 de outubro, fracassou. E fracassou porque os portugueses, e D. Henrique em particular, subestimaram a vontade e unidade mourisca da região, que se uniram em torno de Salah ben Salah, antigo governador de Ceuta, engrossando o número de combatentes (Duarte, 1993). Para além do facto da aproximação por terra a Tânger ter sido detetada, o local onde foi montado o arraial ficava afastado da frota de D. Fernando e o tempo decorrido entre a chegada aos termos de Tânger e o lançamento do assalto (8 dias) permitiu reforçar a defesa da praça em homens e material.

Apesar de ter sido rechaçado duas vezes, D. Henrique não desistiu e mandou vir de Ceuta escadas maiores, madeira para construir palanques para os espingardeiros e os besteiros e mais peças de artilharia e munições. Ultimava-se o derradeiro assalto quando chega a Tânger uma enorme massa de mouros decidida a sustentar a praça, enviados pelos reinos de Fez e de Marrocos. E desta forma, a 9 de outubro, D. Henrique e as forças que comandava foram atacadas e cercadas no arraial junto à praia; “os portugueses passavam de sitiados a sitiados” (Selvagem, 1991). Combateu-se tenazmente nas praias e no próprio arraial português mas, incapaz de romper o cerco, a 13 de outubro D. Henrique capitulou. Seguiram-se os termos da rendição, que permitiu a retirada portuguesa na condição de deixarem no campo todo o equipamento e armamento e o acordo de restituição de Ceuta. Para efeito, D. Fernando ficou refém de Salah ben Salah e D. Henrique levou consigo o filho do governador. Como é sabido, a restituição de Ceuta não foi aceite na corte portuguesa e o infante morreu cativo em Fez.

Na década de 1450, D. Afonso V recupera a política de expansão em Marrocos. Porque havia um resgate de honorabilidade a restaurar em Tânger, Ceuta sustentava-se com dificuldade, impunha-se cortar em definitivo a presença mourisca do estreito e antecipar

pretensões castelhanas de controlo do Norte de África. Acresce que em 1453 Constantinopla caiu em poder dos otomanos do sultão Maomé II, temendo-se os seus efeitos na Europa cristã.

Decidido a conquistar Tânger, mas desaconselhado pelo governador de Ceuta, D. Sancho de Noronha, D. Afonso V decidiu-se por Alcácer-Ceguer, praça situada a meio caminho entre Ceuta e Tânger. Com a colaboração dos infantes D. Henrique e D. Fernando (irmão do rei) e o marquês de Valença, D. Afonso V reuniu uma armada considerável, superior a 200 velas, entre naus, galés e navios de carga, e cerca de 25.000 combatentes. Em 21 de outubro de 1458, a armada portuguesa fundeou à vista de Alcácer-Ceguer. O ataque foi sustentado no fogo das bombardas contra as muralhas, os homens de armas acometeram as portas da fortaleza e foram encostadas escadas em vários pontos do sistema amuralhado para o assalto. Combateu-se durante todo o dia e pela noite adentro. Os mouros renderam-se na manhã de 23 de outubro. Alcácer foi utilizada como ancoradouro e a posse da cidade garantia tráfego mais livre no Mediterrâneo (Gomes, 2006), apesar de depender em tudo da metrópole para a sua sustentação. O comando foi concedido a D. Duarte de Menezes, filho do primeiro capitão de Ceuta.

Mas o objetivo estratégico (e psicológico) a atingir era Tânger e, a partir de 1462, o assunto voltou a debate na corte. Senhor de três praças, Ceuta, Alcácer e Tânger, D. Afonso V criou um «Algarve Além-mar» e, com ele, dominaria o estreito de Gibraltar. Assim, entre 1463-1464, as investidas a Tânger sucederam-se e, a cada investida, resultava um insucesso (Sérgio, 1988).

A primeira ofensiva ocorreu em novembro de 1463, desencadeada a partir de Alcácer-Ceguer, pois durante o percurso Lagos-Ceuta a armada e o efeito surpresa foram desarticulados pela intempérie. Planeou-se um ataque concêntrico, D. Afonso V comandava o contingente terrestre e Luís Mendes de Vasconcelos atacaria por mar. Incapazes de desembarcarem por o mar estar encrespado, as embarcações foram fustigadas pelo fogo de bombarda a partir das muralhas de Tânger, enquanto o rei, pensando ser o sinal para avançar, acometeu sobre as muralhas. Para retirar de imediato e debaixo de fogo.

A segunda teve lugar em Janeiro de 1464, cabendo a D. Fernando, infante e irmão do rei, a iniciativa. Saiu de Alcácer-Ceguer, em 19 de janeiro de 1464, com um curto contingente de cavaleiros e peões. Chegados a Tânger, um punhado de portugueses escalou as muralhas da fortaleza pela calada da noite decididos a tomar as torres principais. Intercetados, as sentinelas deram o alarme e os sitiados foram encurralados, ficando à mercê dos espingardeiros e besteiros mouros. D. Fernando foi obrigado a retirar para Alcácer, pagando

um elevado tributo de sangue, mais um, por Tânger – 200 mortos e 100 prisioneiros, que contava alguns dos mais importantes fidalgos portugueses (Selvagem, 1991).

Tânger, como se referiu o cronista Rui de Pina, era um “*desastrado caso*” (Pina, 1977) e atacá-la diretamente revelava-se contraproducente.

4. AS TAPEÇARIAS DE PASTRANA E AS CONQUISTAS DE ARZILA E TÂNGER

As *Tapeçarias de Pastrana*, notável acervo artístico de lã e seda tecidas em quatro panos de armar de generosas dimensões (4 metros de largura, por 10 metros de comprimento) e inestimável fonte histórica primária, representam o feito de armas do rei D. Afonso V e da Nação Portuguesa da conquista de Arzila e da tomada de Tânger, em 1471.

4.1. As Tapeçarias de Pastrana – Documento Histórico

Encomendadas à oficina de Pasquier Granier, em Tournai na Flandres, no último quartel do século XV, as tapeçarias têm finalidade decorativa e funcional. Enquanto obra de arte o seu papel ornamental e de ostentação e conforto é exemplar, próprio dos padrões senhoriais da época, com a originalidade de fugir ao esquema de ilustrações bíblicas, mitológicos ou da Antiguidade Clássica. Mas o seu carácter funcional amplia sobremaneira o seu interesse e importância, apresentando um carácter comemorativo, de exaltação do espírito de cruzada do rei e do príncipe, registado nas legendas das três peças sobre a conquista de Arzila. Uma imagem para a História do feito de armas português da Casa de Avis e um registo de glória que o «africano» D. Afonso V perpetua (Pimentel, 2010).

A verdade é que não é comum uma representatividade de tal envergadura ser encomendada pelo protagonista dos próprios feitos. Por isso, as tapeçarias de Pastrana deverão entender-se como panos para a História, uma fonte primária de investigação que vinca uma composição que articula a conjuntura da época, as condições políticas, económicas e culturais e as vontades individuais ou coletivas, onde evoluem personagens e acontecimentos (Pimentel, 2010).

As Tapeçarias permitem observar de forma minuciosa o facto histórico que os fautores da empresa decidiram legendar. Podemos acompanhar o relato em movimento das ações do rei, do príncipe e dos homens de armas portugueses na gesta africana: Arzila em três tempos, desembarque, cerco e assalto, e Tânger a um só tempo, mas paragrafado em três momentos, chegada dos portugueses, cidade deserta e fuga dos mouros. O realismo das figuras portuguesas, o detalhe do armamento, equipamento, embarcações e heráldica é notável. O mesmo não se poderá dizer de determinadas indumentárias, da arquitetura tipicamente

flamenga, da flora, mais de tipo oriental, ou da representação marítima algo exagerada (Pereira, 2007). Portanto, “as composições das Tapeçarias de Pastrana são essencialmente narrativas, aspecto que justifica o preenchimento, a aglomeração confusa conforme à natureza dos acontecimentos, e numa visão demasiado próxima ao espectador” (Pereira, 2007).

O Espírito cavaleiresco da época medieval em questão está perfeitamente enraizado na sociedade portuguesa e mostra-se claramente nas tapeçarias, sobressaindo o rei, “justo, bélico, cristão”, que o Rodízio que o representa bem caracteriza (Pimentel, 2010).

E para atestar da importância das Tapeçarias de Pastrana enquanto documento histórico original e incontornável é o facto de complementar omissões dos próprios cronistas, nomeadamente Rui de Pina, no que respeita à caracterização e tipologia de determinado equipamento e armamento militar e náutico.

Mas sobre as tapeçarias há questões a colocar, cujas respostas inequívocas se revelam inalcançáveis: (i) quem realmente mandou tecer os feitos de armas africanos nas oficinas flamengas; (ii) quem é o autor dos cartões pintados subjacentes à tecelagem posterior das Tapeçarias; (iii) por que razão as tapeçarias estão na Colegiada de Pastrana, Guadalajara/Espanha.

É dado com adquirido que foi D. Afonso V quem encomendou a obra. Afinal, num reinado tumultuoso que teve a montante os nefastos acontecimentos de Alfarrobeira que resultaram na morte de D. Pedro, príncipe, tutor e sogro do rei, e a jusante a inglória batalha de Toro e o apagamento de um sorumbático D. Afonso V que se dispôs a resignar, as façanhas de Arzila e de Tânger permitiam mostrar aos vindouros a glorificação mais marcante do seu reinado. Se foi o rei a encomendar fê-lo imediatamente após as conquistas ou, ao invés, depois do desaire de Toro, enquanto forma de sobrepor a um feito de má memória um de exaltação?

D. Afonso V faz-se representar em três das quatro tapeçarias de forma faustosa, liderante, combativa, corajosa e magnânima. O rei, como é sabido, esteve na região flamenga entre 1476 e 1477, por ocasião da sua viagem a França à procura de apoios para as campanhas contra Castela. Pode datar dessa altura a encomenda ou a ideia de encomenda. Mas perscrutando com mais subtileza os panos, percebe-se que também o então príncipe D. João, há época com 16 anos, marca presença permanente junto do rei, em grande destaque e com fisionomia explícita, como que o secundando, onde a ação de comando é visível. Não havendo uma data inequívoca para a encomenda, não é exagerada a hipótese de ter sido do próprio D. João II a iniciativa, a partir de 1481, enquanto forma de «limpar» a memória do pai e, ao mesmo tempo, apregoar a sua própria gesta num início de reinado autoritário e

proveitoso. Inclusive há uma inscrição a referir «jamais» no Rodízio do rei na Tapeçaria do Cerco, o que pode ser lido como uma referência a Toro.

A questão da autoria dos cartões a partir dos quais se fizeram as tapeçarias também é interessante. Atendendo à verosimilhança da narrativa tecida com os factos ocorridos, bem como a pormenores realistas relacionados com a caracterização das figuras régias, o armamento, o equipamento ou o material náutico, é crível que o autor dos cartões foi testemunha presencial dos acontecimentos militares de Arzila e Tânger. Paulo Pereira coloca a hipótese de esse autor ser Nuno Gonçalves, o autor dos Painéis de S. Vicente e pintor régio desde 1450, justificado pela iconografia militar e náutica das tapeçarias e no “carácter português das cabeças, algumas identificadas como retratos (que igualmente figuram nos painéis), nos pormenores da heráldica muito realistas” (Pereira, 2007).

Por fim, a questão que sempre assalta as mentes e que tem a ver quando, como e por que razão foram as tapeçarias parar a Espanha. Antes de mais é possível que as tapeçarias nunca chegaram a Portugal, pois não há registo de tal presença. Não foram reclamadas por D. Afonso V ou D. João II? Foram ofertadas eventualmente em que contexto e a quem? Uma hipótese verosímil é que tenham sido oferecidas, já numa fase tardia, por Rui Gomes da Silva a Filipe II de Espanha, que receberia o título de 1.º duque de Pastrana. A verdade é que em 1628 as Tapeçarias foram referenciadas no palácio dos Duques do Infantado em Guadalajara (Pereira, 2007). Depois, é pertinente ter presente que há época a Flandres gravitava na órbita hispânica e, por isso, Joaquim Veríssimo Serrão avança com a possibilidade de as tapeçarias terem saído diretamente da Flandres para a Espanha durante o governo do duque de Alba (Serrão, 1980).

É interessante notar que as tapeçarias estiveram desconhecidas para os portugueses até inícios 1915, altura em que os historiadores José de Figueiredo e Reynaldo Santos as identificaram na Igreja de Nossa senhora da Assunção, em Guadalajara, e as interpretaram histórica e iconograficamente.

4.2. Realidade e Representação – Conquista de Arzila e Tomada de Tânger

Situada 50 léguas a sudoeste de Tânger, Arzila era uma cidade de consideráveis dimensões. Sede de uma região rica em agricultura e consideravelmente povoada, ostentava dez torres e cinco portões. Não tinha um porto seguro e na altura estava algo isolada, com Tânger a norte em permanente estado de alerta e Fez a sul a viver uma luta interna pelo poder. O próprio capitão de Arzila, Mulei Xeque, estava na altura a cercar Fez, onde vingaria como sultão da nova dinastia Oatácida, no ano seguinte. Mas já não a tempo de resgatar Arzila.

Realidade Histórica

Tânger transformou-se numa maldição, agravada pelo facto de Castela ter, entretanto, conquistado o «rochedo» de Gibraltar aos muçulmanos, em 1463. Mas D. Afonso V não desistiu e a expansão no Atlântico ao longo da costa africana foi concedida por arrendamento a Fernão Gomes.

Decidiu-se por uma manobra estratégica indireta, ou seja, definiu Arzila como objetivo intermédio, cidade posicionada na costa meridional marroquina, junto ao Atlântico e a poucas léguas a sul de Tânger. A sua conquista deixaria Tânger numa situação crítica, pressionada por Arzila a sudoeste e Alcácer e Ceuta a nordeste. Para o efeito, o rei enviou em antecipação uma equipa de espionagem da sua confiança, constituída por Vicente Simões, conhecedor dos assuntos do mar, e Pêro de Alcáçova, escrivão da Fazenda, de modo a aferirem dos litígios e instabilidade política prevalecente no reino de Fez (Gomes, 2006).

Conhecedor da conjuntura magrebina, organizou então uma poderosa armada constituída por mais de 400 velas, sobressaindo as naus, caravelas, galés, urcas e carracas, com 30 000 homens embarcados, além de outro tipo de embarcações como as taforeias para transporte de cavalos, e batéis, caravelas de menor tonelagem e vasos de carreto para as operações de desembarque. O exército de terra e de mar era também considerável, identificando-se os homens de armas e escudeiros, besteiros, espingardeiros e bombardeiros. Notável, a crer nos cronistas, e questionável!

D. Afonso V zarpou de Lisboa rumo a Lagos a 15 de agosto de 1471, não sem antes ter dado “Regimento aos almirantes de Portugal”, ficando claro que a estratégia militar do Reino se orientava sobremaneira para as «coisas do mar e do comércio» (Selvagem, 1991). A 17, as frotas organizadas em Lisboa e Porto reuniram-se em Lagos, contando com a presença, além do monarca, do príncipe herdeiro D. João, dos condes de Monsanto e de Marialva e de membros das ordens militares de Cristo e do Hospital.

A travessia decorreu sem sobressaltos e a 20 de agosto a poderosa armada portuguesa fundeava defronte de Arzila.

A 20 de agosto de 1471, portanto, os portugueses estavam prontos a desembarcar e a concretizar aquela que viria a ser uma típica operação anfíbia (Coelho, 2011). No entanto, a costa desabrigada e o mar altaneiro, associados aos perigosos recifes tornaram o desembarque uma tormenta. Fizeram-no e sujeitaram-se durante três dias a problemas de vária ordem. Efetivamente, o grosso da artilharia não pôde desembarcar, o palanque, que permitiria fincar uma improvisada trincheira na praia para daí fazer fogo protegido, teve ficar embarcado e os homens, pesadamente equipados e armados, sentiram a maior dificuldade para tomar posições

de combate em terra, acabando cerca de 200 por se afogarem. De igual modo, uma caravela foi ao fundo. Enfim, a 23 tudo estava a postos, finalmente, para atacar Arzila.

O rei montou arraial e organizou as forças e o apoio de fogo num fosso profundo. O cerco estava montado. Seguiu-se fogo de bombarda sobre as muralhas e, a granel, por espingardeiros e besteiros sobre os defensores. Preparava-se o assalto e, entretanto, dois lanços de muralhas ruiu, obrigando os defensores a reparações imediatas. Estava aberta a brecha que daria motivação para do cerco se passar ao assalto. Que ficaria para o dia seguinte.

Altura em que das muralhas são hasteadas bandeiras em sinal de rendição. Tarde de mais. À possível parlamentação sucedeu um ataque geral a Arzila, com guerreiros a forçar entrada através das muralhas esburacadas, enquanto escadas eram encostadas noutros pontos para as escalar. A ânsia de sangue e de conquista sobrepôs-se a uma mera formalidade de rendição. Em Arzila não se repetiria Alcácer. Os defensores foram obrigados a abandonar a defesa a partir das muralhas e remeteram-se na mesquita e no castelo. As entradas foram forçadas por gente em fúria e, uma vez ultrapassadas, a mesquita foi ocupada e na alcáçova do castelo travou-se uma luta sem quartel, tornando o local um morticínio. Relata-se que cerca de 2.000 mouros foram passados a fio de espada e cerca de 5.000 ficaram cativos (Pina, 1977). Do lado português há mortes importantes a registar, nomeadamente D. João Coutinho, conde de Marialva, e D. Álvaro de Castro, conde de Monsanto e camareiro-mor do rei.

Magnânimo, D. Afonso V prescindiu do seu quinto de despojos, deixando aos seus homens os rendimentos do saque. Entretanto, a 25 de agosto a mesquita, como era uso, foi transformada em igreja de Santa Maria da Assunção, local sagrado onde o príncipe D. João, então com 16 anos, foi armado cavaleiro pelo Rei. A cerimónia terá sido feita à vista do corpo do conde de Marialva, perante quem o rei terá proclamado ao príncipe: “Fylho, Deos vos faça tam bom cavaleiro como este que aquy jaz” (Pina, 1977).

Enquanto estes acontecimentos decorriam, na praça de Tânger viviam-se momentos de amargura e indefinição. Pressionada a nordeste por Alcácer, vendo a sudoeste Arzila ruir e sem esperanças de socorros a partir de Fez e demais regiões adjacentes, os defensores e habitantes decidiram-se sobrevivência e consequente. A notícia chegou a Arzila e ao rei numa altura em que se debatia o regresso a Lisboa, deixando a praça guarneçada, ou aproveitar o ímpeto e secundar Arzila com um ataque a Tânger. Em 29 de agosto de 1471, uma expedição de reconhecimento, comandada por D. João, filho do 2.º duque de Bragança, D. Fernando, foi enviada a Tânger, que confirmou a notícia; a cidade tinha sido abandonada pelos seus habitantes, largando bens e haveres, que a incendiaram.

E foi assim que um comovido D. Afonso V, na companhia de D. João, entrou, em inícios de setembro, na «maldita» praça de Tânger, deserta e em chamas e “já sem o ardente desejo de sua destruição e vingança” (Pina, 1977). Não pôde, como lhe convinha, D. Afonso V guerrear os mouros de Tânger, mas o usufruto da ocupação da praça rendeu proveitos assinaláveis, desde logo bombardas grossas, peças de artilharia e pólvora, entre outros bens «domésticos».

E por ali se quedou, durante 17 dias, a saborear a tomada de uma fortaleza que tantos dissabores e temores causou às armas portuguesas. Foi também a partir de Tânger que negociou com o novo sultão de Fez a paz na região, que incluiu o resgate das ossadas do infante mártir D. Fernando por cativos de Arzila, e a paz na região por um período de 20 anos. Os marroquinos compreendem que teriam de conviver com os portugueses durante largo período de tempo. D. Afonso V ficava senhor dos termos das praças conquistadas em território marroquino, o que o motivou a alterar o título de “rei de Portugal e do Algarve e senhor de Ceuta e de Alcácer Ceguer” para “rei de Portugal e dos Algarves d’além e aquém-mar em África” (Bethencourt e Chaudhuri, 1998).

«O Africano», enquanto cognome do rei de Portugal, assumia-se.

É neste contexto que D. Afonso V decide encomendar na Flandres, para memória futura dos seus feitos em África, as Tapeçarias ditas de Pastrana. E que passamos a descrever à luz dos factos ocorridos.

Representação nas Tapeçarias de Pastrana³

Conforme já referido, são quatro as tapeçarias que foram legadas para a posteridade, três relativas à conquista de Arzila e outra à tomada de Tânger. Cada uma tece a esclarecer uma sucessão de episódios insertos num acontecimento concreto, que importa analisar à luz a imagem e confrontar com a realidade dos factos.

O Desembarque em Arzila

A inscrição, a encimar a tapeçaria enquadra, com detalhe exaustivo, o momento:

“O Sereníssimo e Vitoriosíssimo Afonso V, pela graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves d’Aquém e D’Além-Mar em África, como noutras ocasiões para exaltação

³ A Representação, isto é, a observação iconográfica das Tapeçarias, discorre nas notas pessoais do autor do presente ensaio colhidas aquando da presença das obras de arte e documento histórico em Portugal, expostas pelo Museu Nacional de Arte Antiga em 2010.

Complementarmente, apoiamo-nos nas descrições que sobre a temática fizeram os seguintes autores: António Filipe Pimentel, 2010; Inês Filipa Meira Araújo, 2012; Miguel Ángel Bunes, 2010; Reynaldo dos Santos, 1925.

da fé católica, assim também no ano do Nosso Senhor de 1471, a 15 dias do mês de Agosto, na festividade da Beata Virgem, navegando junto do Sereníssimo Príncipe João, seu primogénito e herdeiro, do porto de Lisboa passou a África com a sua frota de quatrocentas naus e outras embarcações e com um exército de 30.000 homens, para combater contra os mouros pela fé de Jesus Cristo. E como na terça-feira, sexto dia após a saída, entrou no porto de Arzila, opulentíssima cidade de mouros, no dia seguinte, quarta-feira, embora por mar, pela sua bravura, o desembarque dos soldados em terra tornou-se perigosíssimo, o Rei, de ânimo esforçado perante quaisquer dificuldades, cuidando que, por muitos motivos, nada lhe era mais adverso em tal conjuntura que a demora e a dúvida, prevalecendo sobre o risco da própria vida o grande ardor da fé, foi para terra apesar das muitas barcas que se tinham afundado e das ondas terem engolido alguns homens nobres, com suma dor para ele”.



Desembarque em Arzila. Fonte: *Invenção da Glória. D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana*, MNAA, 2010.

Há quatro momentos a observar nesta primeira tapeçaria: (i) chegada da armada a Arzila; (ii) desembarque; (iii) aproximação da hoste às muralhas; (iv) os mouros em ação de defesa em Arzila.

No primeiro momento, à esquerda emerge a imponente embarcação real, com os mastros elegantemente a suportar cestos de gávea ricamente decorados. A embarcação está afastada da costa, furtando-se aos perigos do mar encrespado. A ondular ao longo de toda a embarcação destaca-se o Rodízio, ou estandarte régio, a aspergir gotas, complementado pela Bandeira de Portugal de Avis e o pendão de São Jorge. Em todas as cenas e nas restantes tapeçarias a presença do Rodízio identifica a localização do rei. Entretanto, os batéis, com a

cruz de São Jorge ou a Bandeira das «quinas», com os guerreiros embarcados, dirigem-se para a costa.

De seguida, ao longo da orla inferior da parte central da tapeçaria, registam-se os desembarques e as dificuldades dos homens de armas pesadamente armados e equipados, a debaterem-se com as águas e os afogamentos consequentes. Na parte inferior o rei, na companhia do príncipe, avança embarcado e destemido em majestática armadura para a costa, como que a exortar os homens à empresa que se avizinha. À sua volta, e em toda a sequência do acontecimento, os trombeteiros tocam a rebate e motivam à ação. O momento é de emulação guerreira.

No terceiro momento, na orla superior da parte central do pano, a hoste real aproxima-se das muralhas de Arzila em boa formatura e de forma decidida, deixando a armada para trás. À frente, como que a darem o exemplo, seguem o rei e o príncipe, com armadura vestida. Medem-se as características da fortaleza a cercar e as capacidades defensivas do inimigo a debelar.

O último momento, identificado na parte esquerda do pano, foca a cidade de Arzila, amuralhada e imponente, de traça arquitetónica fantasista porque norte-africana e não flamenga, e os mouros, posicionados nas ameias das muralhas, acompanham quase expectantes todas as sequências narradas, como que surpresos e a avaliar a situação. O pique, azagaia, espada curva, a barretina ou o estandarte com o crescente são identificativos da caracterização mourisca. Releva-se o pormenor de a parte inferior das muralhas apresentar brechas, sem, contudo, se vislumbrar fogo de artilharia (não consta a presença de peças), de colubrinhas (está uma junto ao rei no segundo momento) ou espingardas.

Assinala-se, como complemento de toda a descrição, o cuidado posto nos traços faciais do rei e do príncipe, a armadura que se distingue das demais e a o «ar» sereno e decidido com que dominam as cenas. Na verdade, a hoste portuguesa é toda ela constituída por homens de armas de soberba armadura ou cota de malha, capacetes, armados com piques (sobressaem pela quantidade), espingardas ou petrinais.

Representação – O Cerco de Arzila

O enquadramento da representatividade do cerco na tapeçaria é não só elucidativo para o espetador como militarmente coerente no topo superior, por baixo da inscrição que está ilegível, vêm-se as antenas perfiladas das embarcações fundeadas perto da costa, como que a bloquear o auxílio por mar aos defensores de Tânger. O topo inferior percorre um talude de madeira cavando um fosso protetor decorada com as insígnias da Bandeira de Avis, o Rodízio

do rei e o pendão de S. Jorge, fincado nos extremos por vegetação estilizada meramente decorativa. O fosso amuralhado indica a negação de socorro por via terrestre aos sitiados e, ao mesmo tempo, concede proteção às forças portuguesas.



Cerro de Arzila. Fonte: *Invenção da Glória. D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana*, MNAA, 2010.

Ao centro está Arzila (pitorescamente tecida) e os respetivos defensores ao longo das muralhas, que fazem fogo e tiro sobre os atacantes. São visíveis brechas nas muralhas. A rodear a cidade estão os efetivos portugueses, que fazem um cerco apertado, destacando-se o rei e o príncipe e que estão em posições opostas, como que a indicar a férrea vontade de uma operação militar coesa e tenaz feita a partir de duas direções. À direita o rei, com armadura, montado a cavalo e com o bastão de comando na mão, à esquerda o príncipe, também protegido com armadura e a cavalo e que aponta na direção do rei, como que a o estado de prontidão das tropas.

A motivação, a crer nos trombeteiros e na expressão dos personagens, é imensa, e o arsenal bélico é considerável. Os piqueiros mantêm-se em grande número, enquanto símbolo de heroísmo guerreiro e vetor militar de coesão, os besteiros também são visíveis, a quem cabe o tiro de precisão dirigido ao inimigo, e surgem as armas de fogo portáteis como o petrinal e as colubrinhas de mão, destinadas a fazer fogo para ajuntamentos humanos. Muitos deles têm um punhal no cinto.

Mas o destaque, e porque de um cerco se trata, recai na artilharia. Que existe em grande número (7 peças) e posicionada em toda a extensão do sistema amuralhado mourisco, indo possivelmente além da realidade. Representada por bombardas e falconetes de bronze estriadas por fora, à artilharia compete bombardear as muralhas da fortaleza e preparar o campo de batalha para o assalto que se seguirá. Há uma peça ligeira colocada numa carreta de rodas estriadas e outras assentes em reparos de madeira, que permite a sua movimentação à medida das necessidades de fogo. Muitos dos artilheiros estão protegidos do fogo inimigo por

manteletes de madeira. É interessante verificar o movimento de cordas das proteções a subir ou a descer os mantos de madeira. De igual modo, releva-se o pormenor do artilheiro (à esquerda/baixo) a tapar o buraco de pólvora da peça e outro (ao centro/baixo) a fazer ignição. Veem-se também balas das peças de artilharia, peças cuja maioria são estriadas por fora. Ainda mais dois detalhes a reter, o besteiro com arma no ombro atrás da proteção de madeira do artilheiro e as balas⁴.

Do lado mourisco, as muralhas de arzila em barro ou taipa revelaram-se impotentes face ao fogo de artilharia. Como é sabido, as bombardas destruíram dois lanços de muralhas, que aparecem referenciadas, curiosamente, na Tapeçaria 1. Os Mouros estão ricamente vestidos e defendem no centro do painel e ao longo de toda a muralha. Estão bem armados, com armas de choque, como as lanças (de ponta aguçada e banda lateral) em grande número, de estocada, como a típica espada curva muçulmana, e de fogo, petrinal de bronze, espingardas e colubrinhas de mão. O disparo das armas de fogo mouro é visível.

Representação – O Assalto a Arzila



Conquista de Arzila. Fonte: *Invenção da Glória. D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana*, MNAA, 2010.

A tapeçaria respeitante ao assalto é encimada por uma inscrição explicativa do acontecimento:

“No dia seguinte, festividade de São Bartolomeu, a 24 do referido mês de Agosto, antes do nascer do sol, exortando o rei os soldados, uns pelas recentes brechas das muralhas, outros subindo pelas escadas, entram com sumo ímpeto na cidade, onde também se registou uma luta mui encarniçada e grande mortandade dos que pelejavam a pé. Depois, a maior parte dos mouros refugiou-se tumultuosamente no

⁴ Relativamente à representação da artilharia na tapeçaria alusiva ao cerco é imperioso analisar o estudo de Varela Rubim, *A Artilharia Portuguesa nas Tapeçarias de Arzila*, 1987.

interior do fortificadíssimo castelo, onde, sendo tão difícil a entrada, também foi grande o perigo e maior a mortandade que se seguiu. Prolongou-se até ao meio-dia por todas as partes um combate atroz, como costuma acontecer entre vencedores cheios de ira e vencidos em desespero. Dos mouros de ambos os sexos que sobreviveram à grande matança e das riquezas, a presa obtida foi maior do que era de esperar em vista do tamanho da cidade. Era o principal empório desta região. O liberalíssimo Rei doou todo o saque aos soldados”.

De novo a tapeçaria é encimada pelas velas, numa espécie de observatório dos acontecimentos. Em baixo, o talude do fosso só é perceptível nas pontas. A cidade de Arzila surge agora no centro, rodeada de atacantes por todos os lados. E tal como a tapeçaria do cerco, a do assalto apresenta o campo português dividido em duas partes: à direita o rei, montado a cavalo e de espada em riste pronto a atacar a fortaleza, como que a dar o exemplo de guerreiro abnegado; à esquerda o príncipe, que agora empunha o bastão de comando. Ambos estão rodeados por um séquito de guerreiros e trombeteiros. Mas é curiosa a inversão de papéis! O rei comanda o assalto, o príncipe, mais resguardado, comanda o campo. Podemos inferir nesta mostra o espírito medieval da época, como podemos assumir a transferência de poderes de pai para filho que se verificou após Toro. Entendemos esta sequência como mais uma possibilidade a favor de D. João II enquanto autor da solicitação dos panos de armar.

Antes do assalto pregou-se a rendição no campo sitiado que, como sabemos, não teve acolhimento e os combates foram sem-quartel. E porque se trata de um assalto, os artilheiros e as peças de artilharia desapareceram. Estão presentes os piqueiros, besteiros, espingardeiros homens apeados manejando bombardas de mão e espadas. É perceptível a ferocidade do combate. A hoste precipita-se contra as muralhas de Arzila, que são escaladas em vários pontos, onde os mouros resistem tenazmente. Há lanças cravadas nas muralhas e combates corpo-a-corpo. Um ou outro combatente inclinado para trás ou manchas de sangue em partes do corpo ou no equipamento dão uma imagem de baixas ocorridas em ambos os campos. Mas onde estão os mortos? Sem dúvida que houve mais interesse em evocar a combatividade heroica das armas lusitanas do que esbater esse preito através da mortandade que se lhe seguiu⁵.

⁵ Inês Meira Araújo anota, com pertinência, que os momentos decisivos da conquista de Arzila, a tomada de assalto da mesquita e do castelo, não foram tecidos. O mesmo acontecendo com a

Representação – Tomada de Tânger

A conquista de Tânger devia representar o momento mais alto do espírito de cruzada de D. Afonso V. Depois de décadas de opróbrio, em que a resistência da urbe angustiou sobremaneira o rei D. Duarte, custou a vida a D. Fernando e aniquilou o ânimo guerreiro do de D. Henrique, ambos infantes e irmãos do monarca, desonrou posteriormente D. Fernando, infante e irmão de D. Afonso V, e reclamou a vida de muita da nobreza portuguesa que combateu em África. Tânger tinha de secundar Arzila enquanto feito de armas português, o momento mais alto de um frémito glorioso.

Assim não aconteceu, conforme já descrevemos. D. Afonso V, talvez com certa amargura, ocupou uma cidade deserta, onde entrou sem resistência. A sua posse era de elevada importância estratégica e, inclusive, prestigiante internacionalmente. Mas uma coisa era conquistar uma fortaleza, que resiste tenazmente, submetendo-a de forma incondicional pela força das armas e outra, bem diferente, ocupá-la sem prova de força.



Tomada de Tânger. Fonte: *Invenção da Glória. D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana*, MNAA, 2010.

Porquanto menos heroica, é isto que nos mostra a Tapeçaria N.º 4, onde sobressaem quatro aspetos: no friso superior, ao contrário das outras tapeçarias, não existe inscrição; o rei e o príncipe não estão representados; ausência de combates; divisão da tapeçaria em três partes distintas e complementares.

cerimónia em que o príncipe D. João foi armado cavaleiro. E por isso pergunta se “terá existido uma quarta tapeçaria que fechasse o ciclo de Arzila” (Araújo, 2012).

A este respeito, convém ter presente que as Tapeçarias estiveram em relativo abandono durante século, de tal forma que as traças as danificaram gravemente. Só um minucioso trabalho de restauro, levado a efeito na década de 1950 na Real Fábrica de Santa Bárbara, as recuperou.

Deserta, a cidade não se presta a que o rei-guerreiro marca presença. Se a D. Afonso V não foi dada a possibilidade de penetrar em Tânger como um conquistador, tão pouco o fará como mero ocupante. Nem tão pouco o príncipe, também ele um intrépido combatente que não está (ou não se fez) representado. Também por isso, a Bandeira de Avis, o Rodízio real ou o pendão de S. Jorge não constam. Na parte superior e ao centro vislumbra-se uma fortaleza na linha do horizonte, por trás de Tânger. Trata-se de Arzila, cujo significado pode remeter para a presença do rei enquanto se ultimam as formalidades de ocupação de Tânger por D. João de Bragança. Só então, posteriormente, D. Afonso V tomará posse da cidade, onde permanecerá durante 17 dias.

A Tapeçaria da tomada de Tânger surge representada em esquema e pode interpretada como quem lê um tríptico.

À direita a fuga dos mouros, com famílias a fugir em desespero com a proteção de ginetes e lanceiros. A caracterização das figuras é interessante, quer no que toca à dignidade do vestuário, tipicamente muçulmano e de nobre casta, mas civil, limitando os artefactos bélicos a rodela, adagas e alguns capacetes, como ao semblante triste dos habitantes.

Ao centro Tânger, cidade magnificamente bela, voltada para o mar, que percorre toda a parte inferior da tapeçaria «desaguando» na fachada da fortaleza. Um sistema de muralhas perfeitas, com destaque para os torreões, que envolvem casas bem ordenadas e preservadas no seu interior, com canteiros de flores frondosas. É deveras apreciável a mesquita e os minaretes. O mar, a flora e a própria cidade, com características mais do norte da Europa que do norte de África, denotam o exotismo da tapeçaria. Com a cidade desabitada, emerge um guerreiro português de generosas proporções nas ameias das muralhas, empunhando a Bandeira de Avis, simbolizando a sua posse.

Por fim, à esquerda surge o contingente militar português em marcha na direção de Tânger. O primeiro comentário vai para a monumentalidade das personagens, de enormes proporções, como que a engrandecer as qualidades da hoste, apeados e a cavalo, e a grandiosidade dos equipamentos e armamentos, onde avultam o arnés completo ou cota de malha sob roupa acolchoada ricamente decoradas típica de cerimonial, capacetes ou barretes distintos e piques, espadas e estandartes. A nível militar, não se identificam vasos de guerra, peças de artilharia, espingardas ou até bestas. Os efetivos têm como missão ocupar Tânger, destacando a representação um preito festivo que o feito justifica. Tal como no caso mouro, a expressão facial dos portugueses é manifesta, rostos escurreiros, expressão séria própria de quem vai em ordem de marcha, e aberta atendendo ao seu alcance do feito a atingir.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Catálogo, de inquestionável qualidade explicativa e gráfica, que o Museu Nacional de Arte Antiga editou em 2010, aquando da presença das Tapeçarias de Pastrana em Portugal, recebeu o título de “A Invenção da Glória. D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana”. Um título duplamente questionável. Em primeiro lugar, o termo invenção da glória é excessivo, porquanto as conquistas de Arzila e Tânger ocorreram realmente e foram de relevância estratégica. De tal forma, que a notícia mereceu difusão nas «chancelarias» europeias, ou seja, teve impacto internacional, merecendo da Santa Sé, pelo punho do papa Sisto IV, a bula *Clara Devotionis*, elogiando os inestimáveis feitos que o rei de Portugal D. Afonso V tinha prestado a toda a cristandade. Em segundo lugar, como bem anota Inês Araújo na sua dissertação de mestrado, a designação Tapeçarias de Pastrana é redundante, porque as envolve em outros acervos constantes da Colegiada de Pastrana. Assim, melhor seria, como vinca a autora, designá-las Tapeçarias de D. Afonso V ou, acrescentamos, nós Tapeçarias das conquistas de Arzila e Tânger por D. Afonso V, atendendo à existência em «estado vegetativo de conservação» de tapeçaria relativa à conquista de Alcácer-Ceguer pelo mesmo monarca.

Como última curiosidade, no período do Estado Novo o governo de Oliveira Salazar tentou, sem sucesso, junto do país vizinho resgatar as Tapeçarias presentes na Igreja Colegial de Pastrana. Então, em 1957, foram feitas em Madrid cópias das mesmas, que se encontram expostas na Casa Ducal de Bragança em Guimarães.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Tese de mestrado, 2012 (pdf web).
- BARROCA, Mário Jorge, “Da Reconquista a D. Dinis” in *Nova História Militar de Portugal*, Direção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Monteiro, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2003.
- BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, *História da Expansão Portuguesa*, Círculo de Leitores, 1998.
- BUNES, Miguel Ángel, “Catálogo”, in *Invenção da Glória. D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 2010.
- CAMPOS, Nuno Silva, *D. Pedro de Menezes. O Primeiro Capitão de Ceuta*, Lisboa, Setecaminhos, 2008.

- CANAS, António Costa, “A Marinha no Reinado de D. Fernando”, in *A Formação da Marinha Portuguesa. Dos Primórdios ao Infante*, Lisboa, Academia de Marinha, XII Simpósio de História Marítima 8 e 9 de Novembro de 2011, 2015
- COELHO, José Manuel M. F., *Operações anfíbias no reinado de D. Afonso V – reinado preambular das grandes epopeias marítimas*, Comunicação apresentada na Academia de Marinha, 21 de Junho de 2011 (pdf web).
- COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.
- D. DUARTE, *Livro dos Conselhos de El-rei D. Duarte* (Livro da Cartuxa), Lisboa, Editorial Estampa (Edição Diplomática), 1982.
- DUARTE, Luís Miguel, “*A Marinha de Guerra. A Pólvora e o Norte de África*”, in *Nova História Militar de Portugal*, Direção de Themudo Barata e Nuno Severiano Monteiro, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2003.
- GOMES, Saul António, *D. Afonso V*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006.
- LOUSADA, Abílio Pires, “*Ceuta 1415. Riqua e muy Fermosa e Escola de Guerra Portuguesa*”, in *Jornal do Exército*, Lisboa, agosto/setembro de 2015.
- MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, s/d.
- MONTEIRO, João Gouveia, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998.
- PEREIRA, Paulo, *História da Arte Portuguesa*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Volume 3, 2007.
- PIMENTEL, António Filipe, “*D. Afonso V e a invenção da glória. As Tapeçarias de Pastrana no Museu Nacional de Arte Antiga*”, in *A Invenção da Glória. D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 2010.
- PINA, Rui de, *Crónicas*, Porto, Lello & Irmãos editores, 1977.
- RODRIGUES, José Filipe de Barros, *Organização dos Exércitos, Organização Militar Portuguesa, Estratégia, Geografia e História*, Secção IV, História Militar, Lisboa, Escola do Exército, 1935-1936.
- RUBIM, Nuno Varela, *A Artilharia Portuguesa nas Tapeçarias de Arzila*, Separata da Revista de Artilharia, 1987.
- SANTOS, José Loureiro dos, *Ceuta 1415. A Conquista*, Lisboa, Prefácio, 2002.
- SANTOS, Reynaldo dos, *As Tapeçarias da Tomada de Arzila*, Lisboa, 1925.

- SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.
- SÉRGIO, António, *Breve Interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1998.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, II Volume, 1980.
- ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1992.